

RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.895 - PR (2019/0102867-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : AMELIA PAULINO DA SILVA
ADVOGADO : MARCELO MARTINS DE SOUZA E OUTRO(S) - PR035732
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. REQUISITOS LEGAIS. NÃO PREENCHIMENTO. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. ART. 5º DO DECRETO N. 4.657/1942. AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO PELA CORTE DE ORIGEM. PREQUESTIONAMENTO FICTO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 213):

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. REQUISITOS LEGAIS. NÃO PREENCHIMENTO. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA MATERIAL SUFICIENTE PARA A COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL. CARÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. CAUSA DECIDIDA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARTIGO 485, IV, DO CPC.

1. Para fins de comprovação do exercício da atividade rural, não se exige prova robusta, sendo necessário, todavia, que o segurado especial apresente início de prova material (artigo 106 da Lei nº 8.213/91), corroborado por prova testemunhal idônea, a teor do artigo 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91, sendo admitidos, inclusive, documentos em nome de terceiros do mesmo grupo familiar, nos termos da disposição contida no enunciado nº 73 da Súmula do TRF da 4ª Região.

2. Nos termos do enunciado nº 149 da Súmula do STJ, não é admitida prova exclusivamente testemunhal para comprovação da atividade rurícola.

3. Hipótese em que a falta de precisão e consistência dos depoimentos e a escassez de provas materiais impedem o reconhecimento do direito ao benefício de aposentadoria rural por idade, porquanto não preenchidos os requisitos contidos no artigo 143 da Lei nº 8.213/91.

4. Verificada a ausência de conteúdo probatório material e/ou a instruir a inicial, conforme estabelece o artigo 320 do CPC, resta configurada a hipótese de carência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, o que implica decidir a causa sem resolução do mérito, consoante os termos do artigo 485, IV, do CPC.

Embargos de declaração rejeitados.

No recurso especial a recorrente alega ofensa aos artigos 55, §§2º e 3º, da Lei n. 8.213/1991 e 5º, do Decreto n. 4.657/1942, ao fundamento de que a prova material acostada aos autos é suficiente para o reconhecimento da atividade rural exercida pela recorrente.

Por fim, "requer seja o presente Recurso Especial conhecido e provido, para o fim de reconhecer ter havido violação de Lei Federal e divergência Jurisprudencial, o que possibilitará a reforma do acórdão recorrido, com o deferimento do pedido inicial" (fl. 265).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 285.

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece acolhimento.

Por primeiro, no que diz respeito ao art. 5º, do Decreto n. 4.657/1942, verifica-se que, a despeito da oposição dos embargos de declaração, não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Incide ao caso a Súmula 211/STJ.

Registra-se que para que se reconheça o prequestionamento ficto, previsto no art. 1.025 do CPC/2015, é necessário que a parte recorrente, após a oposição dos embargos de declaração na origem, também suscite nas razões do recurso especial violação ao art. 1.022 do CPC/2015, somente assim poderá o Órgão julgador analisar a existência do vício apontado e assim proceder à supressão de instância, o que não ocorreu na espécie. Nesse sentido, confirmam-se: AgInt no AREsp 1.067.275/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13/10/2017; AgInt no REsp 1.631.358/RN, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 30/6/2017.

No mais, o Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa (fls. 205/212):

A autora implementou o requisito etário (55 anos) em 12 de abril de 2014, eis que nascida em 12 de abril de 1959 (evento 1, OUT3) e requereu o benefício na via administrativa em 24 de abril de 2014 (evento 1, OUT12). Assim, deve comprovar o efetivo exercício de atividades agrícolas nos 180 (cento e oitenta) meses anteriores ao implemento de quaisquer dos requisitos, mesmo que de forma descontínua.

Como início de prova material do labor rurícola, constam dos autos os seguintes documentos:

a) certidão de casamento da autora, constando que a profissão de seu marido é lavrador, datada de 1976 (evento 1, OUT4);

b) certidão de nascimento da filha da autora, em 1978, na qual sua profissão consta como lavradora, bem como a de seu marido (evento 1, OUT5);

c) certidão de nascimento do filho da demandante, em 1983, constando a profissão de seu marido como lavrador (evento 1, OUT5);

d) CTPS da autora, sem registros (evento 1, OUT6);

e) CTPS do marido da autora, sem registros (evento 1, OUT7);

f) certidão expedida pela Justiça Eleitoral, atestando que no Cadastro Eleitoral a ocupação da demandante consta como agricultora (evento 1, OUT8);

g) identidade do INAMPS em nome da autora, com data de validade em 20-6-1989 (evento 1, OUT10).

A prova material carreada aos autos é insuficiente para a

demonstração da sua condição de rurícola, não configurando, sequer, início de prova material.

A propósito do tema, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou o enunciado nº 149 da sua Súmula, que consolidou o entendimento no sentido de não ser admissível prova exclusivamente testemunhal para comprovação de tempo de serviço com fins previdenciários.

Nesse contexto, a escassez de provas materiais impede o reconhecimento do direito ao benefício de aposentadoria rural por idade, porquanto não preenchidos os requisitos contidos no artigo 143 da Lei nº 8.213/91.

Assim, verifica-se que a Corte de origem julgou com acerto, pois a prova material carreada aos autos, deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao implemento da idade mínima ou requerimento da aposentadoria, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência da aposentadoria por idade (180 meses). No caso concreto, a parte autora não comprovou a sua condição de trabalhadora rural nos termos da legislação de regência, portanto, não tendo a parte autora cumprido os requisitos da Lei 8.213/1991, não faz jus ao benefício previdenciário pleiteado na inicial, uma vez que todos os documentos apresentados são muito anteriores ao período a ser comprovado. o que não ocorreu no caso dos autos, em que todos os documentos apresentados são muito anteriores ao período a ser comprovado.

O Tribunal de origem entendeu que o recorrente não apresentou início de prova material capaz de comprovar o exercício de atividade rural, sob o regime de economia familiar, por tempo suficiente à carência.

Dessa forma, verifica-se que a irresignação do recorrente vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que tiveram como lastro o conjunto probatório constante dos autos.

Nesse diapasão, para rever tal posição seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial. Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator